3 — É da exclusiva responsabilidade do titular da exploração do estabelecimento a disponibilização, através do Balcão do Empreendedor, da informação necessária, bem como da veracidade da mesma.

4 — Serve como título comprovativo da realização da mera comunicação prévia do horário de funcionamento, bem como das suas alterações, o comprovativo eletrónico de entrega no Balcão do Empreendedor.

CAPÍTULO IV

Mapa de horário de funcionamento

Artigo 15.º

Mapa de horário de funcionamento

1 — Cada estabelecimento deve ter afixado o mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior, o qual deve especificar de forma legível as horas de abertura e de encerramento diário do estabelecimento, bem como de encerramento temporário por motivos de descanso semanal ou interrupção temporária.

2 — O modelo de horário de funcionamento será disponibilizado no Balcão do Empreendedor.

3 — O horário praticado pelo estabelecimento terá de ser objeto de procedimento a efetuar nos termos da comunicação prévia a submeter no Balcão do Empreendedor.

Artigo 16.º

Cassação do mapa de horário de funcionamento

1 — O Presidente da Câmara Municipal ordena a cassação do mapa de horário de funcionamento quando a Câmara Municipal delibere a restrição do horário praticado.

2 — O titular da exploração do estabelecimento é notificado por carta registada com aviso de receção da ordem de cassação do mapa de funcionamento.

CAPÍTULO V

Taxas

Artigo 17.º

Incidência subjetiva e liquidação

1 — O titular da exploração do estabelecimento, ou quem o represente, fica obrigado ao pagamento das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município de Vidigueira em vigor, as quais estão divulgadas no Balcão do Empreendedor.

2 — A liquidação do valor das taxas é efetuada de acordo com o prescrito no Balcão do Empreendedor.

CAPÍTULO VI

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 18.º

Fiscalização

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento compete às autoridades policiais e à fiscalização municipal.

Artigo 19.º

Regime sancionatório

1 — Constitui contraordenação, punível com coima:

a) De € 150 a € 450, para pessoas singulares, e de € 450 a € 1.500, para pessoas coletivas, a falta da afixação do mapa de horário de funcionamento em violação do disposto no n.º 1 do artigo 15.º, bem como a não submissão do horário de funcionamento e suas alterações no Balcão do Empreendedor através da mera comunicação prévia;

b) De € 250 a € 3.740, para pessoas singulares, e de € 2.500 a € 25.000 € para pessoas coletivas, o funcionamento do estabelecimento fora do horário fixado.

2 — A instrução dos processos de contraordenação, a aplicação das coimas e das sanções acessórias compete ao Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competência delegada.

3 — O produto das coimas aplicadas reverte para a Câmara Municipal.

4 — Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infração o justifique, para além das coimas previstas no n.º 1, pode ser aplicada a sanção acessória de encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 20.º

Direitos dos trabalhadores

As disposições do presente Regulamento não prejudicam as prescrições legais ou contratuais referentes à duração diária e semanal de trabalho.

Artigo 21.º

Contagem dos prazos

Os prazos referidos no presente Regulamento contam-se nos termos do disposto no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 22.º

Direito subsidiário

A tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento é aplicável o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na redação em vigor e, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo e restante legislação aplicável.

Artigo 23.º

Interpretação e integração de lacunas

As dúvidas suscitadas na interpretação do presente Regulamento e as omissões verificadas na sua aplicação são resolvidas por deliberação camarária.

Artigo 24.º

Norma transitória

1 — O presente Regulamento é aplicável aos processos pendentes cuja instrução ainda não tenha sido concluída.

2 — Os estabelecimentos existentes podem manter os períodos de funcionamento que vinham sendo praticados ao abrigo de anterior Regulamento, comunicando esse facto ao Município.

Artigo 25.º

Norma revogatória

A entrada em vigor do presente regulamento revoga o “Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Vidigueira” em vigor.

Artigo 26.º

Produção de efeitos

A aplicação das disposições do presente Regulamento que pressupõem o funcionamento do Balcão do Empreendedor ocorrerá em simultâneo com a disponibilização daquele serviço pela Câmara Municipal de Vidigueira.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

307530305

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Aviso (extrato) n.º 1292/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d), n.º 1, artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego público, por motivos de aposentação, com Arnaldo Elo Morais, Assistente Operacional, com efeitos a partir de 01 de agosto 2013.

13 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Américo Jaime Afonso Pereira*.

307537515